

O BRASIL E A CRENÇA NUM FUTURO QUE NUNCA SE REALIZA: reflexões sobre as formas de reconhecimento do sujeito brasileiro

BRAZIL AND THE BELIEF IN A FUTURE THAT NEVER TAKES PLACE: reflections about the forms of recognition of the Brazilian guy

EL BRASIL Y LA CRENZA EN UN FUTURO QUE NUNCA SE REALIZA: reflexiones sobre las formas de reconocimiento del sujeto brasileño

Ramon Taniguchi Piretti Brandão

Doutorando em Filosofia Política pela Universidade Federal de Goiás – UFG. Mestre e Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP.
ramonbrandao41@hotmail.com

Recebido para avaliação em 15/03/2017; Aceito para publicação em 07/01/2018.

RESUMO

O presente artigo trata das formas de reconhecimento através das quais o sujeito brasileiro se reconhece. Dentre os elementos que compõem essas formas, está a memória e o imaginário nacional. Veremos que, no Brasil, os mitos nacionais não ajudam a organizar, não têm um papel organizador da sociedade (como em outros países), mas, antes, são instrumentos de autoilusão. O drama do país, assim, jaz no contraste entre imaginário (ou sonho) e realidade. Entre aspiração (aquilo que gostaríamos de ser) e realização (aquilo que somos na prática). Ainda veremos que o aspecto social está totalmente desvinculado do aspecto político no Brasil (ao contrário do que vemos em países desenvolvidos).

Palavras-chave: Brasil; Reconhecimento; História; Memória Nacional.

ABSTRACT

This article deals with the forms of recognition through which the Brazilian subject is recognized. Among the elements that make up these forms, they are memory and the national imagination. We see that in Brazil, the national myths do not help to organize, do not have an organizing role of society (as in other countries), but rather are self-delusion instruments. The country's drama thus lies in the contrast between imaginary (or dream) and reality. Between aspiration (what we would like to be) and realization (what we are in practice). We will see that the social aspect is completely detached from the political aspect in Brazil (unlike what we see in developed countries).

Keywords: Brazil; Recognition; History; National Memory.

RESUMEN

El presente artículo trata de las formas de reconocimiento a través de las cuales el sujeto brasileño se reconoce. Entre los elementos que componen esas formas, está la memoria y el imaginario nacional. Veremos que, en Brasil, los mitos nacionales no ayudan a organizar, no tienen un papel organizador de la sociedad (como en otros países), pero, antes, son instrumentos de auto ilusión. El drama del país, así, yace en el contraste entre imaginario (o sueño) y realidad. Entre aspiración (lo que nos gustaría ser) y realización (lo que somos en la práctica). Aún veremos que el aspecto social está totalmente desvinculado del aspecto político en Brasil (al contrario de lo que vemos en países desarrollados).

Palabras clave: Brasil; Reconocimiento; Historia; Memoria Nacional.

INTRODUÇÃO

Uma das formas de considerar o longo processo de construção de um Estado-nação democrático no Brasil é examinar a forma através da qual os brasileiros reconhecem sua nação e a si mesmos, como constroem sua memória nacional e como veem o seu próprio futuro. Para usar uma expressão cunhada por Benedict Anderson (1983), pode ser útil examinar uma nação como imaginam sua comunidade nacional. Ou, para beber de uma tradição intelectual diferente, observar a construção de seu imaginário social¹. Mais do que qualquer outra comunidade, as nações exigem para sua sobrevivência a construção de uma identidade coletiva que contrabalanceia os muitos fatores de divisão que todas precisam enfrentar. A identidade nacional é uma construção composta por vários fatores, em geral carregados de componentes emocionais. A construção dessas identidades exige uma série de “esquecimentos” e “erros históricos”, como nos alertou Ernest Renan em sua famosa conferência de 1882, *Qu'est-ce qu'une nation?* (RENAN, 1996).

Reescrever a história envolve, dentre outras coisas, a criação de memórias nacionais, de símbolos, alegorias, mitos e rituais nacionais². Os fatos e personagens históricos são reinterpretados – com frequência pelos próprios historiadores – para tornar possível a coexistência de contrários e a reunião de elementos díspares³. Os mitos nacionais, em especial os mitos de origem, e os heróis nacionais estão entre os instrumentos mais poderosos da construção da identidade nacional⁴. A natureza polissêmica dos mitos torna-os capazes de expressar – de maneira mais eficaz do que discursos ideológicos – interesses, aspirações e temores nacionais. Os heróis nacionais – feliz ou infelizmente – são parte do panteão cívico de todas as nações. Servem de imagens e modelos para a nação. No processo de construção de um herói, é possível detectar que tipo de personalidade e que valores são mais prezados pelo povo, quer como espelho, quer como aspiração. Mitos e heróis ajudam as nações a desenvolverem a unidade de sentimentos a propósitos, a organizarem o passado, a tornarem inteligível o presente e a enfrentarem o futuro. Também ajudam a revelar o que Renan chamava de alma de uma

¹ O aspecto imaginado das memórias nacionais pode ser visto, também, em Bacsko (1984) e Hobsbawm, E.; Ranger, T. (1983).

² O papel dessas características na formação da identidade nacional é discutido em Nora, P. (1984), Girardet, R. (1986), Marienstras, E. (1976) e Girling, J. (1993).

³ Para um estudo vigoroso da presença de elementos mitológicos na historiografia, ver Citron, S. (1991).

⁴ Sobre o papel dos mitos políticos, ver Girardet, M. (1986).

nação. A seguir, será feito um exercício para sondar essa “alma” da nação brasileira através da análise de alguns de seus mitos e heróis.

BRASIL: o paraíso terrestre

Os primeiros europeus a chegarem à costa que viria a se tornar a América ficaram fascinados com a beleza da terra. Colombo pensou ter encontrado o paraíso terrestre quando desembarcou pela primeira vez em Santo Domingo. A mesma impressão dominou os que chegaram à costa atlântica do continente. Os habitantes da nova terra foram encarados de maneiras diferentes, mas a natureza foi unanimemente louvada⁵.

O escrivão Pero Vaz de Caminha elogiou a terra e seus povos na carta a Dom Manuel. Américo Vespúcio, que visitou duas vezes o lugar, em 1501 e em 1503, não gostou muito do povo, por ter testemunhado uma cena de canibalismo. Mas em sua carta a Lorenzo de Médici, que se tornou conhecida como *Mundus Novus*, publicada em 1503, afirmou acerca da terra: “Acredito que, se existe um paraíso terrestre em algum lugar, com certeza não estará longe destas terras” (HOLANDA, 1969, p. 239).

A visão edênica da nova terra foi reiterada por portugueses, brasileiros e estrangeiros até que se tornou ingrediente importante do imaginário nacional. Transformou-se no mito edênico brasileiro. No século XVII, o padre jesuíta Simão de Vasconcelos escreveu que era possível fazer uma comparação entre partes da terra e “aquele paraíso da terra em que Deus nosso Senhor, como em jardim, pôs nosso pai Adão” (CARVALHO, 1998, p. 63-64). A terra, acrescentou, era certamente superior aos Campos Elísios pagãos. Um século depois, na obra que foi, na época, a primeira história conhecida do Brasil escrita por um brasileiro, Rocha Pitta apresentou a versão mais detalhada do mito. Sua longa descrição das maravilhas da terra termina com estas palavras: “(...) é enfim o Brasil Terreal Paraíso descoberto, onde têm nascimento e curso os maiores rios; domina salutaríssimo clima; influem benignos astros e respiram auras suavíssimas, que o fazem fértil e povoado de inumeráveis habitantes” (PITTA, 1730, p. 3-4).

Na época da independência, em 1822, os brasileiros julgavam que o imenso tamanho, a beleza e a riqueza de sua terra deveriam convencer os portugueses da viabilidade e desejabilidade da independência em relação à antiga potência colonial. Em meados do século XIX, o romantismo literário mais uma vez invocou o mito. Um famoso poema chamado “Canção do exílio”, recitado até hoje em comemorações cívicas das

⁵ Para uma discussão das opiniões de europeus sobre a nova terra e os novos povos, ver Gerbi, A. (1973). Sobre o caso brasileiro, ver Holanda, S. B. (1969).

escolas primárias, diz: “Nossos céus têm mais estrelas/ nossas várzeas têm mais flores/ nossos bosques têm mais vida/ nossa vida mais amores”. Mais tarde, essa estrofe foi incorporada à letra do hino nacional que, por si só, é uma escancarada celebração da natureza brasileira. Em 1990, como parte da comemoração do quarto centenário do então chamado “descobrimento” do Brasil, Affonso Celso, membro de família tradicional, publicou seu conhecido livro *Por que me ufano do meu país* (CELSO, 1900). Escrito para escolares, tornou-se um ícone do patriotismo edênico e ingênuo.

O mito edênico não se restringe às elites intelectuais ou políticas, embora possa ter sido criado por elas. Ele penetrou, também, no mundo das crenças populares. Duas pesquisas de opinião pública, realizadas em 1995 e 1996 (uma nacional e a outra na área metropolitana do Rio de Janeiro), provam este ponto⁶. Essas pesquisas mostraram que cerca de 60% dos brasileiros têm orgulho de seu país. O número é mais baixo que o dos americanos, mas os brasileiros têm tanto orgulho de seu país quanto os canadenses e mais do que alemães e japoneses (INGLEHART, 1997). A surpresa vem quando se pergunta pelas razões do orgulho. A pesquisa nacional mostra que a principal razão do orgulho, mencionada por 25% dos entrevistados, é a natureza. A pesquisa do Rio de Janeiro apresenta valor semelhante, 26%. Ainda mais surpreendente é o fato de que as respostas repetem frequentemente as mesmas expressões usadas desde a carta de Caminha: clima saudável e agradável, grandes florestas e rios, lindos céus e praias, terra fértil e abundantes recursos animais, vegetais e minerais⁷. Alguns entrevistados não se acanharam em dizer que o Brasil era o país mais bonito do mundo, uma terra abençoada por Deus, em suma, o paraíso terrestre. A única adição perceptível à lista tradicional de maravilhas naturais, feita pelos brasileiros de hoje, é a beleza das mulheres. Mas isso não é, de fato, novidade. A beleza das mulheres não foi incluída em listas brasileiras anteriores de maravilhas naturais, mas os primeiros observadores europeus, a começar por Caminha, não deixaram de registrar o fato⁸.

Deve-se mencionar que essas respostas foram dadas numa época em que boa porção das características naturais mencionadas como razão de orgulho já tinham sido destruídas pela ação predatória dos portugueses e brasileiros. A maioria das florestas foi

⁶ A primeira foi uma pesquisa nacional realizada pelo instituto Vox Populi e publicada na revista *Vêja* (1º de janeiro de 1996), com o título: “O brasileiro segundo ele mesmo”. A segunda pesquisa foi realizada na área metropolitana do Rio de Janeiro por instituições acadêmicas. O resultado foi publicado em CPDOC-IFGV/ISER, *Lei, justiça e cidadania* (Rio de Janeiro: CPDOC-IFGV/ISER, 1997).

⁷ Dados contidos em Almond, G. A.; Verba, S. (1980) revelam que apenas 5% dos americanos e 10% dos britânicos mencionaram a natureza como razão de orgulho nacional.

⁸ Em sua célebre carta, Caminha observou: “E uma daquelas moças era [...] tão bem feita e tão redonda, e sua vergonha (que ela não tinha) tão graciosa, que a muitas mulheres da nossa terra, vendo-lhe tais feições fizera vergonha, por não terem a sua como ela”.

queimada, praias e céus foram poluídos, a maior parte dos animais selvagens foi morta, várias espécies se extinguíram e partes da terra foram transformadas em semidesertos. A exploração dos recursos naturais começou imediatamente após a chegada dos europeus. Milhares de toneladas de pau-brasil foram embarcadas para a Europa para serem usadas como corante na indústria têxtil. Já se calculou que cerca de oito mil toneladas foram exportadas por ano durante as primeiras décadas do século XVI. Na mesma época em que o pau-brasil batizava a terra, os portugueses a devastavam com a ajuda dos nativos (DEAN, 1995).

É importante acrescentar que as instituições nacionais, que estão entre as razões mais importantes de orgulho em países como os Estados Unidos e a Inglaterra, só foram mencionadas por 10% dos brasileiros na pesquisa nacional e 14% na pesquisa no Rio de Janeiro (ALMOND; VERBA, 1980). A contrapartida da ênfase na natureza, ou talvez sua razão, parece ser a falta de identificação com os grandes acontecimentos e instituições do país. O orgulho pela natureza poderia ser interpretado como indicação da alienação dos brasileiros em relação à sua própria história nacional, como se nada tivessem a ver com ela. O mito edênico não é peculiaridade no Brasil. A cristandade procurava pelo local do perdido paraíso terrestre desde o século XIII (BAUDET, 1965). A busca foi reforçada pela revivescência renascentista do primitivismo arcádico⁹. Boa indicação da força dessa crença é o fato de que Vasco da Gama levou consigo cartas para o lendário Preste João, rei-sacerdote do imaginário reino paradisíaco da Etiópia (BAUDET, 1965). Todos os navegadores espanhóis e portugueses acreditavam na possibilidade de encontrar o paraíso. Numa carta, Colombo observou sobre o local de desembarque: “Há grandes indícios de que este seja o paraíso terrestre” (WILLIAMS, 1962, p. 101). Os peregrinos puritanos que desembarcavam na América do Norte estavam imbuídos da mesma visão. Uma vasta literatura demonstra a presença do mito edênico nos Estados Unidos. Como conclui Charles Sanford, “o mito edênico, parece-me, foi a força organizadora mais poderosa e abrangente da cultura americana” (SANFORD, 1961, p.5).

Mas há uma diferença notável entre as visões de paraíso presentes na tradição luso-brasileira e na tradição puritana. Como observou George Williams, certamente na última a natureza estava presente, mas era vista mais como ambiente adequado para a construção de um paraíso religioso do que como o próprio paraíso. Era vista inicialmente como uma *wilderness*, uma vastidão selvagem, na qual os peregrinos teriam a oportunidade de construir a nova Igreja, a nova Jerusalém, o novo Éden. Essa nova Igreja seria como “um jardim na

⁹ Sobre a contribuição da visão renascentista para o mito edênico, ver Sanford, (1961).

vastidão protetora do Novo Mundo” (WILLIAMS, 1962, p. 99)¹⁰. Mas seria um “jardim fechado”, a ser construído pelos puritanos e para eles somente. A própria palavra *paraíso*, de origem persa, significa exatamente isso: um jardim real fechado. Na tradição luso-brasileira, o paraíso tinha caráter puramente natural, não se vinculava à criação de uma nova comunidade religiosa. Não era algo a ser construído pelo esforço humano, era dom de Deus, do qual ninguém seria excluído. De certa forma, essa concepção estava mais próxima do paraíso pagão renascentista que do paraíso cristão. Assemelhava-se mais aos Campos Elísios do que ao Éden bíblico. Talvez não tenha sido por acaso que Simão de Vasconcelos mencionou os Campos Elísios. Com certeza existiam preocupações religiosas entre os portugueses, mas tinham a ver com a expansão da cristandade, não com sua reforma ou a criação de uma nova Igreja.

A consequência da diferença é muito significativa. Nos Estados Unidos, muitos (índios, negros, católicos) foram excluídos do jardim fechado; no Brasil, todos foram admitidos no jardim aberto. Pode-se dizer que esta diferença afetou tendências recentes em ambos os países. No primeiro, os esforços para abrir o jardim branco, anglo-saxão e protestante, promovidos pela ação afirmativa, resultaram não em sua abertura, mas na criação de muitos jardins fechados numa sociedade composta de múltiplos grupos étnicos. No Brasil, a abertura do jardim tem sido enganosa ao longo da história, no sentido de que impediu o surgimento de dissidências. Ironicamente, nossos dissidentes tiveram de abandonar o jardim aberto e fugir para o sertão, a *wilderness*, para tentar construir sociedades alternativas. Os dois exemplos mais conhecidos deste esforço foram o quilombo de Palmares, comunidade de escravos fugidos do século XVII que durou cerca de cem anos, resistindo com sucesso a tentativas repetidas de destruí-lo, e a comunidade religiosa de Canudos, no fim do século XIX, contra a qual quatro expedições militares foram despachadas. Mas as duas tentativas foram impiedosamente suprimidas, a primeira em 1695, a outra em 1897. Hoje, o Brasil ainda está a braços com o problema de como tornar seu jardim verdadeiramente aberto às minorias sociais¹¹.

O IDEAL DO PODEROSO IMPÉRIO FUTURO

Uma parte do mito edênico tem a ver com o tamanho do país. O Brasil é belo e rico, mas também um país de proporções continentais. Essa característica foi e é

¹⁰ Para uma outra visão entre as culturas brasileira e norte-americana, ver Moog, (1964).

¹¹ Canudos foi imortalizado por Euclides da Cunha no célebre livro *Os Sertões*, considerado um “livro fundador” brasileiro. Sobre Palmares, ver Freitas (1978).

frequentemente chamada de *grandeza*. Os brasileiros sofrem de “complexo de grandeza”. O barão W. L. von Eschwege, engenheiro alemão que viveu no Brasil no início do século XIX, observou que os brasileiros costumavam falar hipérboles: “(...) tudo no Brasil devia ser grande, a natureza devia ser diferente, mais gigantesca e mais maravilhosa do que nos outros países” (HANDELMANN, 1982, p. 185). Sempre queremos ser ou ter “o maior do mundo”. O Amazonas é o maior rio, a floresta amazônica é a maior floresta tropical, as Cataratas do Iguaçu são as maiores e mais belas, o Carnaval é o maior espetáculo da Terra e assim por diante. O complexo de grandeza tem sua versão política na crença de que o país se tornará um poderoso império ou, em linguagem mais recente, uma grande potência econômica.

A crença veio de Portugal e se baseia no mito de origem português, o Milagre de Ourique. Segundo esse mito, Cristo apareceu para o príncipe Afonso Henriques antes da batalha de Ourique, em 1139, na qual os portugueses enfrentaram e derrotaram cinco reis mouros. Reza a lenda que, juntamente com a promessa de vitória, Cristo teria ainda prometido construir um império sob o domínio dos descendentes de Afonso Henriques com a missão de divulgar Seu nome entre as nações (BUESCU, 1991). O mito de um império prometido foi reforçado após 1640, quando Portugal recuperou a independência em relação à Espanha. Escrevendo nesse século, o padre Antônio Vieira, nascido em Lisboa e criado no Brasil, o maior pregador do reino, forneceu alguns detalhes sobre a crença. Num livro original chamado *história do futuro* (VIEIRA, 1718), escrito como defesa diante da Inquisição, ele pretendeu revelar aos portugueses, que haviam revelado ao mundo o próprio mundo, o segredo de seu futuro. Argumentou que Portugal fora predestinado por Deus para presidir a um Quinto Império que sucederia aos impérios egípcio, assírio, persa e romano. Neste Quinto Império, universal e cristão, “todos os reinos se unificarão em um cetro, todas as cabeças obedecerão a uma suprema cabeça, todas as coroas se rematarão em um só diadema” (VIEIRA, 1718, p. 22-23). O mito do império prometido ligava-se geralmente à crença messiânica na volta do rei Dom Sebastião, morto aos 24 anos, em 1578, na batalha de Alcácer-Quibir, em Marrocos. Segundo a crença, ele voltaria para restabelecer o reino ou criar um reino novo. Três séculos depois, no final do século XIX, a crença messiânica na volta do rei Dom Sebastião ainda estava viva entre os camponeses brasileiros. Canudos foi um dentre vários exemplos desta sobrevivência (HERMANN, 1998).

No final do século XVIII, como consequência da ameaça napoleônica de invadir Portugal, a ideia de transferir a sede da monarquia para o Brasil começou a ser acalentada

por alguns estadistas portugueses. Rodrigo de Souza Coutinho, principal porta-voz da ideia, vinculou a transferência à visão de um novo império. Em 1803, ele falou em criar “um poderoso império no Brasil”, projeto visto com simpatia pelos britânicos (LYRA, 1994). Quando a corte portuguesa se mudou de fato para o Rio de Janeiro em 1808, a ideia tornou-se uma possibilidade concreta. Após a chegada do príncipe João ao Brasil, foi levantada a possibilidade de se criar um império que “em período não muito longo de anos tomará lugar na ordem das primeiras potências do Universo” (LYRA, 1994, p. 118). Pouco antes da independência, o príncipe Dom Pedro dirigiu-se aos brasileiros falando deste vasto e poderoso império. Quando o processo de independência se acelerou, os líderes brasileiros, em especial aqueles ligados ao falecido Coutinho, adotaram a ideia do império. O cônego Luís Gonçalves dos Santos argumentou que para o Brasil bastava simplesmente aumentar a população para se tornar “o maior império, o mais florente e poderoso da terra” (CARVALHO, 1998, p. 65). O bispo Dom Marcos, um ano depois da independência, chegou a referir-se à realização no Brasil do Quinto Império (LYRA, 1994, p. 128).

Sempre que se falava de recriar a monarquia portuguesa no Brasil, era usada a palavra *império* em vez de *reino*. O argumento era que o tamanho e a riqueza material do país seriam garantias de sua futura grandeza política. A crença num futuro de grandeza e poder tornou-se parte do imaginário do país. Ao visitar o Brasil em 1838, durante o tumultuado período da Regência, o capitão Charles Wilkes, da Marinha americana, atestou: “[os brasileiros] envaidecem-se de seu país e suas instituições, e acreditam com firmeza que um destino elevado aguarda o Brasil” (WIKES, 1845, p. 17). A crença num destino de grandeza foi transformada em ideologia oficial e instrumento de manipulação nacionalista durante os governos militares que dominaram o país entre 1964 e 1985. A ideologia da “grande potência” dos militares ajudou a reforçar a antiga crença no destino de um império poderoso – crença sustentada por 57% dos entrevistados em uma pesquisa de opinião pública de 1996. A generalidade e a persistência dessa crença deram lugar à conhecida brincadeira com o título do livro de Stefan Zweig, *Brasil, país do futuro* (ZWEIG, 1943). Segundo o autor, o Brasil é, e sempre será, “o país do futuro”, sempre esperando ser algo que nunca se realiza. Ora, até mesmo a letra do hino nacional fala de uma grandeza espelhada no futuro.

Como no caso do mito do paraíso terrestre, aqui também se pode estabelecer uma comparação com os Estados Unidos, onde o mito de um império poderoso levou o nome de Destino Manifesto (*Manifest Destiny*). Segundo Marc Egnal (1988), desde antes da

independência um setor da elite americana tinha em mente o objetivo de transformar a colônia num poderoso império. Ele chama este grupo, que incluía Franklin, Jefferson, Madison e Dickinson, de expansionistas. Para eles, a colônia poderia “tornar-se um ‘império’ auto-suficiente e poderoso no Novo Mundo”, tinham “uma crença fervorosa no potencial de grandeza da América” (EGNAL, 1988, p. 6). Na Convenção Constitucional de 1787, Franklin e outros usaram a mesma palavra, *império*, que encontramos no caso brasileiro (EGNAL, 1988, p. 333). O Destino Manifesto já estava presente nos primeiros dias da República.

Mas, novamente, como no caso do mito edênico, o complexo de grandeza tece conteúdo e consequências diferentes nos dois países. No Brasil, permaneceu uma vaga aspiração, raramente se referiu à ação política prática. Exceto pela preocupação no século XIX com a consolidação das fronteiras no sul do país, que levou a guerras com os vizinhos, e pelos breves governos militares, a utopia de grandeza manteve-se politicamente inócua. Da mesma forma que o ambiente paradisíaco existe para ser gozado e não para ser construído, esperava-se que o poderoso império do Brasil se materializasse graças a alguma intervenção milagrosa vinda de fora, talvez pela ação de algum Dom Sebastião moderno que retornasse de seu refúgio mítico. O vencedor da primeira eleição presidencial direta depois do fim do regime militar, Fernando Collor de Mello, deveu em parte sua vitória à imagem de salvador da pátria que conseguiu transmitir com sucesso durante a campanha eleitoral. No Brasil não houve nada semelhante ao Destino Manifesto, que vem guiando a política externa americana desde o final do século XIX. Nos Estados Unidos, o mito do Destino Manifesto, a crença na missão do país de impor aos outros o modelo de sociedade criado segundo o mito edênico, foi uma poderosa força organizadora que ajudou a construir um poderoso império, o único que sobrou no final do milênio.

OS HERÓIS NACIONAIS

Comparado à maioria das nações, o Brasil tem um panteão modestíssimo de heróis políticos nacionais¹². É claro que muitos monumentos e estátuas foram erigidos para homenagear figuras públicas. Mas basta uma olhada para verificar quão pouco significam para administradores e para a população. A maioria das estátuas e monumentos têm

¹² Devemos ressaltar que estamos nos referindo a heróis políticos nacionais. Muitas das figuras que não são políticas ou que são políticas mas não são nacionais poderiam qualificar-se como heróis. Embora importante, é evidente que essa limitação não elimina certo grau de subjetivismo envolvido na definição e na seleção de heróis nacionais. Usamos como critérios de definição a aceitação nacional além das fronteiras geográficas e de classe social, assim como a permanência, ou seja, a persistência da imagem do herói até o presente.

péssima manutenção e estão cobertos de pichações. O único monumento bem-cuidado que conheço é o dos pracinhas, construído no Rio de Janeiro em homenagem aos soldados que morreram na Itália durante a Segunda Guerra Mundial. Mas a ausência de pichações ali é explicada muito simplesmente pela presença de soldados que guardam o monumento 24 horas por dia. É inútil tentar detectar, entre os poucos visitantes, o fervor cívico, ou pelo menos o respeito, que se encontra, por exemplo, naqueles que se apinham dentro do Monumento a Washington ou no Panthéon em Paris.

Na imaginação popular, não há pais fundadores incontestáveis da nação brasileira. Houve tentativas de criar tais figuras, mas sem muito êxito. O fato pode dever-se à conquista da independência por um processo de negociação e não de conflito violento, como aconteceu em todos os outros países latino-americanos. Portugal aceitou a independência da ex-colônia em troca de uma indenização de dois milhões de libras britânicas. Um príncipe português proclamou a independência do novo país. Dom Pedro I foi um forte candidato a herói nacional, mas sua candidatura foi sempre atrapalhada por seu comportamento despótico depois da independência e, mais tarde, pela oposição dos republicanos. A oposição à independência só se faz sentir em algumas províncias, e não foi necessária uma grande guerra para dar-lhe fim. Como consequência, o Brasil, para o bem ou para o mal, provavelmente para o bem, não teve *Libertadores* como Bolívar, San Martín, Sucre e O'Higgins ou, na outra ponta do continente, como George Washington.

Muitas foram as rebeliões regionais antes e depois da abdicação de Dom Pedro I em 1831, mas elas, nos parece, só foi capaz de produzir heróis; o mais importante dos quais foi Frei Caneca. O segundo imperador, que governou o país por meio século, de 1840 a 1889, tornou-se figura respeitada, mas dificilmente um herói nacional – apesar dos esforços feitos nessa direção. De forma alguma uma figura marcial, Dom Pedro II estava mais preocupado com o funcionamento regular do sistema político, o cumprimento da lei, a cultura e a educação (SCHWARCZ, 1998). O novo regime republicano, iniciado em 1889, foi proclamado por uns poucos oficiais militares que desfilaram com suas tropas pelas ruas do Rio de Janeiro. Teve o apoio de parte da elite, mas pouca sustentação popular. A proclamação não foi o tipo de evento do qual se pudessem esculpir heróis, nem os protagonistas possuíam as qualidades necessárias às figuras heroicas. Houve tentativas de produzir heróis a partir dos generais envolvidos na proclamação, mas com sucesso ainda menor do que no caso de Dom Pedro I. O novo regime, tal como o antigo, não foi capaz de criar um panteão cívico sólido.

O próximo evento político de alguma importância aconteceu em 1930, quando o primeiro regime republicano foi derrubado. Getúlio Vargas, chefe da revolta, tornou-se presidente e governou o país até 1945. Ele encontrou o caminho do coração do povo, mas como figura paternal e não como herói. Tornou-se popular pela criação de leis sociais e trabalhistas abrangentes, cuja maior parte está em vigor até hoje. Mas, além de ser paternalista para com o povo, era uma figura controvertida para a elite por ter-se mantido no poder como ditador de 1937 a 1945. Foi incapaz de unir todas as classes como, em tese, deve fazer um herói nacional.

A única figura que se aproxima da condição de herói nacional no Brasil, nos parece, é Tiradentes. Pesquisas recentes com alunos do ensino fundamental e médio sustentam esta hipótese (MICELI, 1988). Tiradentes foi a figura popular entre os rebeldes da Inconfidência. Foi também o único a ser punido com sentença de morte. A sentença foi executada em 1792 com a crueldade relatada no Livro V das Ordenações Filipinas: foi enforcado e esquartejado, partes do corpo foram exibidas publicamente nos locais onde pregara a independência. Na segunda metade do século XIX, sua lembrança foi revivida por grupos republicanos para contrabalançar o esforço de fazer de Dom Pedro I a figura fundadora da nação.

O esforço dos republicanos acabou bem-sucedido, mas por razões outras que não as suas. O processo de construir Tiradentes como herói nacional teve viradas surpreendentes que ajudam a esclarecer as preferências nacionais quanto a figuras modelares. A tentativa inicial dos republicanos ressaltava a ação política do novo herói, sua posição contra o domínio colonial e a favor da liberdade e da independência, sua coragem pessoal ao assumir sozinho a responsabilidade pela rebelião, sua bravura ao enfrentar a sentença de morte. Mas, durante o processo, os aspectos de sua vida que começaram a apresentar maior apelo tinham mais a ver com as tendências religiosas que revelara durante os três anos na cadeia. O prisioneiro, sob influência de seus confessores, desenvolveu tendências místicas. Começou a pensar em si mesmo como um novo Cristo, pronto a oferecer a vida pela salvação de seu povo. Ele beijou a mão do carrasco para indicar perdão, assim como Cristo perdoara seus executores. Marchou para a forca pelas ruas do Rio de Janeiro falando ao crucifixo que sustentava nos braços. Inspirados por estes aspectos, poetas começaram a referir-se a ele como o Cristo da multidão; pintores começaram a representa-lo como Jesus Cristo. A forca foi transformada em nova cruz, o lugar da execução, em novo Calvário, o Rio de Janeiro, em Nova Jerusalém (CARVALHO,

1990). Tiradentes foi transformado em herói cívico pela incorporação da imagem de mártir religioso.

Ele foi um herói-mártir que jamais derramou sangue, que foi vítima da violência em vez de perpetrador de violência. Com certeza foi esta característica que o tornou aceitável como herói para todos os setores da população e para todas as correntes políticas. Incontáveis poemas, peças teatrais, romances, músicas de Carnaval e filmes, o último deles de 1999, contribuíram nos últimos cem anos para consolidar sua posição de herói nacional. Ele foi aceito por republicanos e monarquistas no século XIX, pela esquerda e pela direita depois de 1930. Cada grupo ressalta uma faceta diferente da imagem do herói: o republicano, o libertário ou o místico. Seu apelo de mártir cívico e religioso impediu que sua imagem fosse esquartejada e tornou possível sua transformação no único herói nacional consensual.

Há, com certeza, outras figuras nacionais respeitadas pelos brasileiros. A pesquisa de opinião mencionada acima indica algumas delas. A grande maioria, constata-se, vem dos esportes, das artes e da diversão pública. Pelé e Ayrton Senna surgem no topo da lista. Mas não são heróis políticos. Na pesquisa, poucos políticos merecem mais de 50% dos votos. Um deles é Tancredo Neves, que morreu em 1985 às vésperas de assumir a presidência depois do fim da ditadura militar. O outro é Getúlio Vargas, que se suicidou em 1954 ainda no cargo, oferecendo, na Carta Testamento, a vida como sacrifício pela redenção do povo. O último é Juscelino Kubitschek, ex-presidente, o único não marcado pela tragédia enquanto ocupava o cargo. Mesmo assim, morreu tragicamente em acidente de carro depois de deixar a presidência.

A dificuldade de se criar heróis políticos nacionais pode ser vinculada, evidentemente, a um desagrado geral com a classe política. A falta de identificação dos brasileiros com sua própria história combina-se à falta de confiança e até à rejeição aberta a líderes políticos, inclusive aos eleitos para os cargos políticos mais elevados. A falta de confiança nos políticos é uma das tendências mais constantes encontradas em resultados de pesquisas de opinião pública. Na mais recente, terminada no final de 1998, os políticos foram considerados o grupo menos merecedor de confiança numa lista de categorias sociais e instituições nacionais. Nada menos que 94% dos participantes disseram não confiar neles. Fernando Henrique Cardoso, por exemplo, não merecia a confiança de 69% dos entrevistados e os partidos políticos, de 85%. Nesta mesma pesquisa, os políticos foram considerados desonestos por 91% dos participantes e irresponsáveis por 82%¹³.

¹³ Tais estudos estão presentes em edição da revista *Época* de 24 de maio de 1999.

Os brasileiros, então, tendem a rejeitar heróis militares e políticos. A figura militar mais importante do país, o Duque de Caxias, oficialmente declarado patrono do exército, teve o nome transformado em sinônimo de “quadrado”. Os brasileiros tendem a ressaltar nas figuras públicas que admiram, ou a conferir-lhes, dimensões humanas que têm a ver com pacifismo, sacrifício e capacidade de unir. Na maior parte dos casos, essas figuras sobressaíram em outros campos, como esporte, arte, ciência e atividade humanitária¹⁴. Se tais figuras são tocadas pela tragédia, a probabilidade de serem admiradas aumenta muito. É o caso de Ayrton Senna, que morreu num acidente de corrida, e Herbert José de Souza, o Betinho, personagem mais próximo de uma figura carismática no Brasil de hoje por seu envolvimento em campanhas humanitárias. Betinho, hemofílico, morreu em 1998, vítima da Aids, doença que contraiu numa transfusão de sangue. Figuras agressivas, conquistadoras, ou mesmo legisladoras, comuns entre os heróis nacionais por toda parte – inclusive os Estados Unidos, para manter a comparação que venho fazendo – não se qualificam como heróis no Brasil.

A QUESTÃO DA AUTOIMAGEM

A análise dos três mitos nacionais, sobretudo quando se faz uma comparação com os Estados Unidos, indica algumas características dos dois povos. O paraíso brasileiro era para ser desfrutado, o americano, para ser construído; o poderoso império brasileiro é uma aspiração, o império americano foi transformado em realidade; o herói brasileiro é um mártir; os pais da pátria americana são construtores na nação. Essas características se refletem na autoimagem de brasileiros e americanos e na imagem que os outros fazem deles.

De Crevecoeur, no final do século XVIII, e Tocqueville, no século XIX, às pesquisas de opinião do século XX, alguns traços psicológicos têm sido constantemente atribuídos aos americanos. Tanto observadores estrangeiros quanto nativos perceberam nos cidadãos dos Estados Unidos um forte sentimento de autoconfiança, determinação, eficácia, agressividade e criatividade (INKELES, 1997). Coisas de sua própria criação,

¹⁴ Personagens populares do folclore nacional, como Pedro Malazartes, apresentam-se como mestres da esperteza. Na literatura, há a conhecida figura de Macunaíma, descrito por seu criador, Mário de Andrade, como “herói do nosso povo” e chamado de “herói sem nenhum caráter”. Além de ser um mestre da esperteza, Macunaíma é preguiçoso, irresponsável e mentiroso, lutando sempre pela sobrevivência. Sobre Macunaíma ver Andrade (1978). Sobre Pedro Malazartes como representante da cultura popular, ver DaMatta (1979).

como as instituições nacionais e as qualidades do sistema político, e não a natureza, fazem os americanos se orgulharem de seu país (ALMOND; VERBA, 1980).

No caso brasileiro, a visão positiva da natureza raramente se combinou à mesma visão do povo. A opinião que os primeiros europeus tiveram da população nativa variou segundo o tipo de contato inicial: houve o “*bom sauvage*” e o feroz antropófago. A imagem do “*bom sauvage*” foi mais bem sucedida na Europa que no Brasil¹⁵. Aqui, os padres jesuítas ficaram chocados com os costumes e práticas dos nativos, em particular o canibalismo. Seu primeiro superior, por exemplo (Manuel da Nóbrega), considerava os nativos o mais vil e triste gentio do mundo. Só se desenvolveu imagem positiva dos nativos na segunda metade do século XIX, graças ao movimento romântico na literatura. O índio foi então promovido a símbolo do país. Mas era visão totalmente idealizada, sem ligação com a vida real da população nativa, então reduzida a parcela minúscula de seu tamanho original. A visão dos escravos negros era uniformemente negativa. Eram descritos, na pior das hipóteses, como brutos e depravados; na melhor delas, como infantis. A população em geral não inspirava opinião muito melhor. O autor dos *Diálogos das grandezas do Brasil*, publicado em 1618, explicou o contraste entre a abundância de riquezas naturais e a escassez de produtos para o consumidor como resultado da “negligência e pouca indústria de seus moradores” (BRANDÃO, 1977, p. 33). Os estrangeiros tinham opinião semelhante. Louis Agassiz, que visitou o país com a esposa Elizabeth em 1865-1866, observou que o Brasil se tornaria o país mais feliz da Terra caso, algum dia, as faculdades morais e intelectuais do povo se igualassem à beleza maravilhosa e às riquezas imensas de sua natureza. Ele lamentou a ausência nos brasileiros da energia e da tenacidade das raças do Norte (AGASSIZ, 1938).

A opinião negativa sobre a população foi reforçada na segunda metade do século XIX, quando muitos intelectuais brasileiros abraçaram teorias racistas europeias. Visitantes racistas, como os dois Agassiz e o conde de Gobineau, fizeram comentários negativos, para não dizer catastróficos, sobre o futuro do país por conta do intenso processo de miscigenação racial que ocorrera e que continuava a existir. Louis Agassiz, apesar de sua simpatia pelo país, estava convencido das consequências negativas da miscigenação. Gobineau era mais radical; escreveu que a grande população mestiça brasileira desapareceria em curto período. Esta visão negativa, reforçada pela obra pseudocientífica de Georges Vacher de Lapouge, foi adotada por um número substancial de intelectuais (READERS, 1976)¹⁶. Poucas vezes contradisseram o que era considerado verdade

¹⁵ A influência da imagem dos nativos brasileiros sobre escritores europeus, inclusive Montaigne, Shakespeare, Thomas More e Rousseau pode ser vista em Franco (1937).

¹⁶ Este ponto é complementado pela leitura de Lapouge (1896).

científica. A única solução que os autores racistas brasileiros podiam imaginar para o problema racial era a promoção do embranquecimento da população (SKIDMORE, 1974).

Foi somente na década de 1930 que ocorreu uma mudança radical nesta visão, em parte decorrente da obra de Gilberto Freyre. Seguindo os passos do antropólogo Franz Boas, Freyre substituiu a raça pela cultura e começou a elogiar o processo de miscigenação como contribuição brasileira original às relações raciais (FREYRE, 1933). A mudança foi consagrada no início da década de 1940 graças a um livro que passou a ser o maior elogio às relações raciais brasileiras jamais escrito por um estrangeiro. Stefan Zweig visitou o país em 1936 e novamente em 1939, quando a Europa já estava envolvida numa “guerra suicida de todos contra todos” (ZWEIG, 1943). Assim que desembarcou no Rio de Janeiro, admirou-se com o espetáculo das relações harmoniosas entre raças diferentes: “Não há barreira de cor, nenhuma segregação, nenhuma classificação arrogante” (ZWEIG, 1943, p. 8) de grupos raciais. A experiência brasileira de relações raciais, que incluía a geração de mestiços bonitos e saudáveis, era, segundo ele, “a contribuição mais importante para a liquidação do furor que trouxe mais desgraça e infelicidade que todos os outros” (ZWEIG, 1943, p. 4). Por esta razão, ele via o país como uma das grandes esperanças para o futuro da civilização.

A avaliação negativa da miscigenação foi completamente revertida. O mito científico da inferioridade racial e dos males da miscigenação deu lugar a um novo mito da democracia racial, ou à fabula das três raças, como a batizou Roberto DaMatta (DAMATTA, 1990). O novo mito foi adotado pelo governo e tornou-se ideologia oficial.

Ainda assim, a eliminação das imagens negativas vinculadas a fatores raciais não significou o desaparecimento da autoimagem negativa ou, pelo menos, de uma imagem que contrasta intensamente com a autoimagem americana. Na virada do século XIX, Eduardo Prado, conhecido intelectual de família importante, reagiu contra a tendência do regime republicano de imitar tudo o que fosse americano. Ele admitia que os Estados Unidos eram um país rico e progressista, mas seu progresso, segundo ele, baseava-se na ganância, na agressividade, na violência e numa concepção materialista da vida. Os valores brasileiros e latino-americanos, ao contrário, eram de natureza jurídica e baseavam-se no respeito à moralidade e no valor da vida e da liberdade (PRADO, 1895). O livro de Affonso Celso *Porque me ufano do meu país* (CELSO, 1900) também foi uma reação ao pessimismo daqueles influenciados por teorias racistas. Elogiava a natureza, mas também indicava as características positivas do povo brasileiro, acima de tudo a hospitalidade, a paciência, a tolerância, o amor à paz e à ordem. No lado negativo, ele incluía a passividade, assim como

a falta de iniciativa, de determinação e de firmeza. Pensadores racistas viam os traços psicológicos opostos – determinação, voluntarismo, agressividade, iniciativa – como típicos da superior raça ariana (LAPOUGE, 1899).

Depois da década de 1930, vários dos mais conhecidos intelectuais brasileiros mencionaram traços semelhantes como parte do caráter nacional. De lado positivo, listavam cordialidade, compaixão, amor à paz, sensibilidade, afetividade, tolerância, generosidade e assim por diante. Do negativo: resignação, submissão, desejo de vencer sem fazer força e falta de disciplina, de iniciativa, de amor ao trabalho (LEITE, 1976¹⁷). A mesma visão dos brasileiros como privados de convicções fortes e determinação repetiu-se na década de 1970 (CARNEIRO, 1971). Pesquisas recentes mostraram que essa autoimagem não é parte apenas da imaginação ou da ideologia dos intelectuais. Em boa medida, ela é compartilhada pelo grosso da população. Pode-se especular se a razão dessa coincidência é a exatidão da intuição dos intelectuais ou sua eficiência ao transmitir a imagem que fabricaram. Seja como for, a pesquisa nacional de 1996 mostra que os brasileiros se veem (segundo mais de 70% das respostas) como mais alegres, mais hospitaleiros, mais afetuosos e mais religiosos que outros povos¹⁸. A pesquisa do Rio de Janeiro indica que os traços psicológicos distintivos dos brasileiros (segundo mais de 605 das respostas) são a capacidade de suportar sofrimento e trabalhar muito, a alegria e o conformismo. Na mesma pesquisa, quando se menciona o caráter do povo como razão de orgulho, os traços citados com maior frequência são a solidariedade, o amor à paz, a cordialidade, a alegria, a laboriosidade, a amizade, a humanidade e a hospitalidade. Assim, as características positivas do país são a ausência de discriminação racial e de conflitos, bem como hospitalidade, amor à paz, liberdade e democracia (CARVALHO, 1998).

A única adição perceptível à imagem criada por intelectuais é a visão dos brasileiros como trabalhadores em vez de preguiçosos. O núcleo da autoimagem continua a incluir amizade, alegria, solidariedade e cordialidade. No lado negativo, persiste a ideia de conformismo e de falta de iniciativa e agressividade. Há uma combinação curiosa de duas características aparentemente contraditórias: ser alegre e sofredor. Os entrevistados do Rio de Janeiro viam-se como capazes de divertir-se apenas da dureza da vida cotidiana. Parte substancial da alegria popular é experimentada, sem dúvida, no futebol e no sentir-se tentado a ver uma tendência masoquista nesta combinação. Provavelmente se equivocaria. É mais provável que estejamos aqui diante de um mecanismo de compensação. O nome de

¹⁷ Este autor considera tais tentativas como totalmente desprovidas de validade científica, nada mais sendo do que ideologias elitistas. Para uma abordagem semelhante, ver Mota (1977); Prado (1962); Holanda (1936); Azevedo (1963); Rodrigues (1963); Ribeiro (1995).

¹⁸ A pesquisa está disponível em edição de 1 de janeiro de 1996 da revista *Veja*.

um bloco carnavalesco do Recife aponta nessa direção: “Nóis sofre mas nóis goza” (DAMATTA, 1979).

CONCLUSÃO

O mito edênico inclui o orgulho pela beleza e pelas riquezas naturais do país, uma noção do paraíso como jardim aberto a todos – dom a ser gozado e não meta a ser atingida. O mito do poderoso império futuro revela o anseio de grandeza nacional, de *status* de grande potência, de reconhecimento internacional que não é sustentado pelos esforços apropriados para realizar este sonho. Os heróis políticos nacionais brasileiros são mártires e figuras amantes da paz em vez de enérgicos construtores de nações. A autoimagem dos brasileiros ressalta a alegria, o sofrimento, a solidariedade, a cordialidade, a tolerância e a resignação, em vez de iniciativa, resistência, agressividade e autoconfiança.

Este imaginário deve ser contraposto a alguns fatos. Os brasileiros destruíram boa parte das belezas naturais do país, exauriram boa parte de seus recursos naturais e destruíram quase completamente o paraíso terrestre que supostamente deveriam desfrutar. Exceto por sua dimensão geográfica, o tamanho de sua população e o futebol, o país se destaca na arena política internacional principalmente por suas tristes estatísticas de pobreza, analfabetismo e mortalidade infantil e por um dos piores índices globais de desigualdade social. Nos últimos tempos, ficou também conhecido pelo nível crescente da violência, inclusive policial, especialmente nas áreas metropolitanas; fenômeno desapontador para um povo que se vê como cordial e pacífico.

O drama do país jaz neste contraste entre sonho e realidade, aspiração e realização. O paraíso é destruído e o império pacífico não se materializa. As aspirações não são acompanhadas das ações apropriadas para que se realizem. O povo não confia em seus líderes e instituições, mas pouco faz para tornar os primeiros mais responsáveis perante as necessidades públicas e para mudar as últimas, tomando o destino em suas próprias mãos. Toda a energia e a imensa criatividade de que é capaz são direcionadas para o domínio privado, seja para gozar a vida ou simplesmente para sobreviver. O social está desligado do político. Daí o sentimento de frustração, de desapontamento com o governo e instituições, e a persistência de uma vaga esperança de que um messias possa talvez trazer a solução para todos os problemas.

No Brasil, os mitos não parecem ter o papel de poderosa força organizadora, tal como nos Estados Unidos. Antes, parecem ser instrumentos de uma espécie de

“autoilusão”. Depois de mais de quinhentos anos de história o Brasil permanece um país do futuro, um país de sonhos que não se tornam realidade.

REFERÊNCIAS

AGASSIZ, L.; GARY, A. **Viajem ao Brasil, 1865-1866**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

ALMOND, G. A.; VERBA, S. **The Civic Culture Revisited**. Boston: Little, Brown, 1980.

ANDERSON, B. R. **Imagined Communities**: reflections on the origin and spread of nationalism. Londres: Verso, 1983.

ANDRADE, M. **Macunaíma**: o herói sem nenhum caráter. São Paulo: Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia, 1978.

AZEVEDO, F. **A cultura brasileira**. Brasília: Editora da UnB, 1963.

BACZKO, B. **Les Imaginaires Sociaux**: Memoires et Espoirs Collectifs. Paris: Payot, 1984.

BAUDET, E. H. P. **Paradise on Earth**: Some Thoughts on European Images of Non-European Man. New Haven: Yale University Press, 1965.

BRANDÃO, A. F. **Diálogos das grandezas do Brasil**. São Paulo: Melhoramentos, 1977.

BUESCU, I. “Um Mythe Fondateur du royaume du Portugal: le Miracle d’Ourique”. In: **L’Imaginaire de la Nation (1792-1992)**. Bordeaux: presses Universitaires de Bourdeaux, 1991.

CARNEIRO, J. F. **Psicologia do brasileiro e outros estudos**. Rio de Janeiro: Livraria AGIR, 1971.

CARVALHO, J. M. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CELSONO, A. **Porque me ufano de meu país**. Rio de Janeiro: Garnier, 1900.

CITRON, S. **Le Mythe National**: l’Histoire de France em Question. Paris: Ed. Ouvrières, 1991.

DAMATTA, R. **Carnavais, malandros e heróis**. Para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

_____. **For an Antropology of the Brazilian Tradiction, or a virtude está no meio**. Washington, D. C.: Latin American Program, Wilson Center, 1990.

DEAN, W. **With Broadax and Firebrand**: the destruction of the Brazilian Atlantic Forest. Berkeley: University of California Press, 1995.

EGNAL, M. **A Mighty Empire**: the origins of the American Revolution. Londres: Cornell University Press, 1988.

FRANCO, A. A. M. **O índio brasileiro e a Revolução Francesa**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937.

FREITAS, D. **Palmares**: a guerra dos escravos. Rio de Janeiro, Graal, 1978.

FREYRE, G. **Casa Grande & Senzala**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1933.

GERBI, A. **The dispute of the new world**: the history of a polemic, 1750-1900. Pittsburg: University of Pittsburg Press, 1973.

GIRARDET, R. **Mythes et mythologies politiques**. Paris: Seuil, 1986.

GIRLING, J. **Myths and Politics in Western Societies**: Evaluating the Crisis of Modernity in the United States, Germany, and Great Britain. Londres: Transaction Publishers, 1993.

HANDELMANN, H. **História do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982.

HERMANN, J. **No reino do desejado**: a construção do sebastianismo em Portugal: séculos VI e VII. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOBSBAWM, E.; RANGER, T. **The invention of tradition**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

HOLANDA, S. B. **Visão do paraíso**: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

_____. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.

INGLEHART, R. **Modernization and Postmodernization**: Cultural, Economic, and Political Change in 43 Societies. Princeton: Princeton University Press, 1997.

INKELES, A. **National Character**: a psycho-social perspective. Londres: Transaction Publishers, 1997.

LAPOUGE, G. V. **Les Sélections Sociales**. Paris: A. Fontemoing, 1896.

_____. **L'Aryen**: Son Rôle Social. Paris: Albert Fontemoing, 1899.

LEITE, D. M. **O caráter nacional brasileiro**: história de uma ideologia. São Paulo: Pioneira, 1976.

LYRA, L. V. **A utopia do poderoso império**; Portugal e Brasil: bastidores da política, 1798-1822. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

MARIENSTRAS, E. **Les Mythes Foundateurs de la Nation Américaine**: essai sur le discours idéologique aux Etats-Unis à l'Epoque de l'Indépendance (1783-1800). Paris: François Maspero, 1976.

- MICELI, P. **O mito do herói nacional**. São Paulo: Editora Contexto, 1988.
- MOOG, V. **Bandeirantes e pioneiros**. Paralelo entre duas culturas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.
- MOTA, C. G. **Ideologia da cultura brasileira**: pontos de partida para uma revisão histórica. São Paulo: Editora Ática, 1977.
- NORA, P. **Les Lieux de Mémoire**. v. 1. La République, Paris: Gallimard, 1984.
- PITTA, S. R. **História da América portuguesa desde o anno de mil e quinhentos, do seu descobrimento, até o de mil e setecentos e vinte e quatro**. Lisboa: Off. de Joseph Antônio da Silva, 1730.
- PRADO, E. **A ilusão americana**. Paris: A. Colin, 1895.
- PRADO, P. **Retrato do Brasil**: ensaio sobre a tristeza brasileira. Rio de Janeiro: José Olympio, 1962.
- READERS, G. **O conde de Gobineau no Brasil**. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1976.
- RENAN, E. **Qu'est-ce qu'une Nation?** Toronto: Tapir Press, 1996.
- RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- RODRIGUES, J. H. **Aspirações nacionais**. Interpretação histórico política. São Paulo: Fulgor, 1963.
- SANFORD, C. L. **The Quest for Paradise**: Europe and the American Moral Imagination. Illinois: University of Illinois Press, 1961.
- SCHWARCZ, L. **As barbas do imperador**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SKIDMORE, T. **Black into White**: Race and Nationality in Brazilian Thought. New York: Oxford University Press, 1974.
- VIEIRA, A. **História do futuro, livro antepreimeyro, prolegômenos a toda a história do futuro**. Lisboa: Officina de A. P. Galram, 1718.
- WILKES, C. **Narrative of the United States Exploring Expedition during the years (1838-1842)**. Filadélfia: Lea and Blanchard, 1845.
- WILLIAMS, G. H. **Wilderness and Paradise in Christian Thought**. New York: Harper, 1962.
- ZWEIG, S. **Brazil, Land of the Future**. New York: Viking Press, 1943.